

SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA*Comissão de Pregão II***DECISÃO DE RECURSO PE 90.035/2024 – TAGG - CPII**

Processo Licitatório nº 2310/2024, referente ao Edital do Pregão Eletrônico nº 90035/2024, **REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual CONTRATAÇÃO de empresa especializada no fornecimento de ALIMENTAÇÃO TRANSPORTADA, para atender as necessidades da Hospital Municipal Raul Sertã**, pelo período de 01 (um) ano.

Em cumprimento ao disposto nos termos do, artigo 165º, inciso I, parágrafo §2º da Lei 14.133 de 1 de abril de 2021 o Pregoeiro desta Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística, instituído pela Portaria nº 017 de 05 de janeiro de 2022, da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo, procedeu ao julgamento do Recurso interposto pela empresa **TAGG SERVICES LTDA.**, doravante denominada Recorrente, em 08 de maio de 2024, portanto, tempestivo, contra a decisão que classificou a empresa vencedora para o único lote (grupo), **BANDOLIN FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES LTDA**, denominada Recorrida, nos termos do Edital do Pregão Eletrônico nº 90035/2024, que foi aceito de forma automática pelo sistema, sem juízo de Admissibilidade por parte deste pregoeiro e equipe de apoio

I. RESUMO DO RECURSO

A Recorrente, também tempestivamente, apresentou, por meio do Sistema Compras.gov.br recurso pedindo a reconsideração da decisão conforme as considerações apresentadas abaixo:

A recorrente sucintamente alega que, (i) a empresa recorrida não apresentou nenhum atestados de Capacidade Técnico-operacional para o fornecimento de refeições de forma transportada; (ii) que não foi concedido a recorrente os benefícios,

SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA*Comissão de Pregão II*

na qualidade de ME/EPP, previstos nos artigos 42 ao 49 da LC 123/2021, sobretudo quanto ao “empate ficto” previsto no Art. 44, §2º da referida Lei.

III. DAS CONTRARRAZÕES

A Recorrida, também tempestivamente, apresentou, por meio do Sistema Compras.gov.br, suas contrarrazões rebatendo as alegações do recurso apresentado pela empresa **TAGG SERVICES LTDA.**, conforme as considerações apresentadas abaixo:

A recorrida sucintamente alega que, (i) os atestados de capacidade técnico-operacional, atendem integralmente o exigido no edital; (ii) que o tanto o edital (capa) quanto o sistema são claro com relação a não aplicação dos benefícios para ME/EPP.

IV. DA ANÁLISE DO PREGOEIRO

Quanto as alegações que (i) a empresa recorrida não apresentou nenhum atestado de Capacidade Técnico-operacional para o fornecimento de refeições de forma transportada;

Não, obstante este pregoeiro ter diligenciado a empresa BANDOLIN durante a sessão pública, obtendo a confirmação da empresa recorrida, através do chat da plataforma Compras.gov.br, quanto a natureza transportada das refeições, objeto dos atestados de capacidade técnico-operacional apresentados na fase habilitatória. Antes de declarar a empresa habilitada, foi realizada consulta ao Portal da Transparência do Governo do Estado de São Paulo, ocasião em que ficou constatado, através das pesquisas realizadas, que os serviços de fato foram prestados em parte na modalidade transportada.

SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA*Comissão de Pregão II*

Por ocasião das alegações da recorrente em sede recursal, este Pregoeiro, fez diligência a empresa **BANDOLIN FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES LTDA**, com o objetivo de obter elementos que pudessem confirmar a efetiva prestação dos serviços, de forma “transportada”, atestados nos documentos apresentados no Pregão 90.035/2024. Na resposta, foram apresentadas, pela empresa recorrida, além do edital de licitação nº 038/2013 e do Termo de Contrato nº 002/2014, os quais ensejaram a emissão dos atestados, apresentou também, 38 (trinta e oito) Notas Fiscais com valor probante, refere a contratação, onde afirma que pelo 75% da quantidade fornecida foi destinada a atender o Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico “Prof. André Teixeira Lima”, de forma transportada.

Com efeito, os documentos acostados pela recorrida se constituem em comprovantes de despesa e, portanto, se prestam a atestar a execução dos serviços, pela empresa **BANDOLIN FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES LTDA**.

Dito isso, as evidências extraídas dos autos conduzem à conclusão de que, com efeito, os atestados apresentados pela empresa **BANDOLIN FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES LTDA**., referentes aos serviços prestados ao Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico “Prof. André Teixeira Lima” foram realizadas na modalidade “transportada” atendendo plenamente os itens 19.1.10, 19.1.11 e 19.1.13 do edital, não merecendo prosperar a alegação da recorrente, quanto a este ponto.

Quanto a alegação, (ii) que não foi concedido a recorrente os benefícios, na qualidade de ME/EPP, previstos nos artigos 42 ao 49 da LC 123/2021, sobretudo quanto ao “empate ficto” previsto no Art. 44, §2º da referida Lei.

SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA*Comissão de Pregão II*

a Lei 14.133/2021, em seu artigo 4º, §1º, expressamente afastou as regras previstas nos artigos 42 a 49, da LC 123, no caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

Art. 4º Aplicam-se às licitações e contratos disciplinados por esta Lei as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

*§ 1º As disposições a que se refere o caput deste artigo **não são aplicadas:***

I - no caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

Visto que conforme Art 3º, Inc. II da LC 123/2006, a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte é no valor igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais) e o valor estimado da licitação é de R\$ 14.462.042,32 (quatorze milhões, quatrocentos e sessenta e dois mil, quarenta e dois reais e trinta e dois centavos), nenhum benefício foi concedido.

Importante salientar que, não obstante, haver previsão editalícia o próprio sistema, em obediência a Lei, não permite a aplicação dos benefícios.



SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA

Comissão de Pregão II

1 REFEIÇÕES INDUSTRIAIS - PREPARO / DISTRIBUIÇÃO

Sem benefícios ME/EPP

Julgado e habilitado (aguardando decisão de recursos)

Ressaltamos ainda que os textos dispostos nos itens 5.1.9 e 12.15 do edital, constam nos modelos de edital padronizados por esta prefeitura, não tendo sido elaborado ainda nenhum modelo para o caso concreto específico de contratações que superam o valor do enquadramento para as EPP supracitado, e que s.m.j. sendo certa a vedação aos benefícios expressamente prevista na Lei Geral de Licitações, não traz prejuízo a competitividade do certame, visto que houve isonomia trazida pelo sistema.

1 REFEIÇÕES INDUSTRIAIS - PREPARO / DISTRIBUIÇÃO Sem benefícios ME/EPP Julgado e habilitado (aguardando decisão de recursos)		Qtde solicitada:	1
		Qtde aceita:	1
		Valor estimado (unitário)	R\$ 14.462.042.3200
96.216.429/0001-90	BANDOLIN FORNECIMENTO DE...	Valor ofertado (unitário)	R\$ 13.188.253.0000
Aceita e habilitada		Valor negociado (unitário)	R\$ 13.187.935.0000
17.695.642/0001-55	TAGG SERVICES LTDA	Valor ofertado (unitário)	R\$ 13.440.000.0000
ME/EPP		Valor negociado (unitário)	-
<div>Esta declaração não se aplica a este item pois não permite a aplicação dos benefícios ME/EPP, conforme artigo 4º da lei 14.133/2021</div>			
20.039.900/0001-34	BRETAGEM EMPRESARIAL LT...	Valor ofertado (unitário)	R\$ 13.496.999.9900
		Valor negociado (unitário)	-

SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA

Comissão de Pregão II

IV. DA ANÁLISE JURÍDICA

Instada a se manifestar a Procuradoria Geral Municipal, exarou parecer jurídico, parte integrante desta decisão, independente de transcrição, onde de forma sucinta concluiu que: (i) “... os benefícios não se aplicam no caso de licitação pra aquisição de bens ou contratações de serviços em geral, ou item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida pra fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, sendo exatamente o caso em tela, uma vez que o monte estimado da licitação é de R\$ 14.462.042,32. ”.

V. DA DECISÃO DO PREGOEIRO

Isto posto, com fulcro no art. 165, §2º da Lei 14.133/2021, por todo exposto e subsidiado pelo parecer jurídico exarado pela Procuradoria Geral Municipal, sem nada mais evocar, **CONHEÇO** do Recurso Administrativo interposto pela empresa **TAGG SERVICES LTDA.** no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 90.035/2024, e no mérito, **NEGO PROVIMENTO**, mantendo a decisão pela habilitação a empresa **BANDOLIN FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES LTDA**, no pregão em comento

Diante do não provimento do recurso interposto, na forma que dispõe o artigo 165, § 2º da Lei 14.133/2021, encaminho o presente processo para decisão, pela autoridade superior, do recurso administrativo do pregão, na forma eletrônica, nº 90035/2024, no prazo de 10 (dez) dias úteis.



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A



**S E C R E T A R I A D E
I N F R A E S T R U T U R A
E L O G Í S T I C A**

Comissão de Pregão II

Por fim, informamos que esta decisão será publicada na íntegra em <https://www.novafriburgo.rj.gov.br/licitacao/> e seu extrato em <http://www.comprasnet.gov.br>.

Nova Friburgo, 03 de junho de 2024.

JONATHAN P. CHAVES
Pregoeiro – Comissão de Pregão II
Matrícula: 206.870